

g) anuência da Terracap, mediante consulta da SDE, em vista do planejamento estratégico da empresa pública e da avaliação específica da situação do imóvel ou da área; e

h) que a empresa esteja associada há pelo menos 6 meses a uma das entidades associativas componentes do Copep ou às suas respectivas filiadas, no caso das federações.

III – é acrescido ao art. 5º da Lei nº 4.169, de 2008, o seguinte § 3º:

§ 3º No caso do § 2º, II, não há abatimento das taxas de ocupação mensal que foram pagas antes do cancelamento do benefício.

Art. 11. Ficam consideradas cumpridas, independentemente do tempo transcorrido, as obrigações das concessionárias detentoras de escritura pública de promessa de compra e venda do PRÓ-DF II vigentes na data da publicação desta Lei, cabendo à SDE, mediante requerimento da parte interessada, emitir a respectiva Declaração de Cumprimento de Metas – DCM, o que habilita a concessionária a obter, junto à Terracap, a escritura pública definitiva de compra e venda.

Art. 12. (VETADO)

Parágrafo único. A SDE deve promover busca ativa das concessionárias aptas à regularização.

Art. 13. Não pode ser aposto sigilo a processos administrativos referentes a programas de desenvolvimento econômico, ressalvados apenas os documentos da empresa ou da concessionária cuja divulgação seja especificamente vedada pela legislação.

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados:

I – o art. 25 da Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003;

II – o art. 4º, §§ 7º, 8º, 9º, 10-A e 11, da Lei nº 3.266, de 2003;

III – o art. 4º, § 3º, da Lei nº 6.251, de 2018;

IV – na Lei nº 6.468, de 2019:

a) o art. 6º, §§ 2º e 5º;

b) o art. 7º, § 6º;

c) o art. 9º, II;

d) o art. 22, § 2º;

e) o art. 26, § 10.

Brasília, 06 de junho de 2022
133º da República e 63º de Brasília
IBANEIS ROCHA

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SECRETARIA EXECUTIVA DAS CIDADES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CRIAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAPOANGA

Às nove horas do dia sete de maio de dois mil e vinte e dois, representantes de órgãos do Governo do Distrito Federal, representantes do Poder Legislativo do Distrito Federal e 239 (duzentos e trinta e nove) pessoas constantes nas listas de presença em anexo, reuniram-se na Escola Classe 01 do Arapoanga localizada na Quadra 18B, Arapoanga, Condomínio Mansões, Brasília-DF, para a audiência pública destinada a apresentação e debate sobre a Criação da Região Administrativa de Arapoanga, convocada pelo Aviso de Convocação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 06 de abril de 2022, página 62, e republicado no dia 20 de abril de 2022, página 77, em cumprimento ao inciso VI, do art. 2º, da Lei nº 5.161, de 26 de agosto de 2013. Composta a mesa de trabalho, o Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário Executivo das Cidades, assumiu a presidência e deu por aberta a Audiência Pública, apresentando as orientações que seriam empregadas naquela consulta popular e convidou os interessados presentes a fazer uso da palavra, esclarecendo que aquela audiência era fruto do desejo da população de Arapoanga e o Governo do Distrito Federal estava cumprindo com o compromisso de ouvir os presentes. Iniciado o trabalho, o Subsecretário de Programas e Projetos, o Sr. Francisco de Assis Peres Soares, procedeu com a leitura da Lei 5.161 de 25 de agosto de 2013, que estabelece critérios para a criação das Regiões Administrativas do Distrito Federal que regulamenta a criação das Administrações Regionais para que as pessoas entendessem o objetivo da reunião. Em seguida, o Sr. Francisco de Assis leu e teceu algumas considerações no sentido de explicar o que diz a Lei, devolvendo a palavra ao Presidente da mesa, Sr. Valmir Lemos. Compuseram a Mesa Diretora além do Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário Executivo das Cidades da Secretaria de Estado de Governo e Presidente da mesa; o Sr. Antônio Célio, Administrador Regional de Planaltina; o Sr. Francisco de Assis Peres Soares, Subsecretário de Programas e Projetos, da Secretaria de Estado de Governo, a Sra. Litz Mary Lima Bairy, Coordenadora do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal da Unidade de Tecnologia - SEDUH; o Sr. Márcio Antônio R. De Jesus, Subsecretário de Operações – SEMOB, o TC QOPM Leandro de Lima Alcântara, representando a Secretaria de Estado de Segurança; o Sr. Paulo César Bastos Pereira dos Santos, representando a Companhia urbanizadora da Nova

Capital do Brasil - NOVACAP; o Sr. Cleidson de Souza Miguel, representando a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria de Educação. Dada a palavra ao Sr. Valmir Lemos de Oliveira, esse cumprimentou os integrantes da mesa, as lideranças comunitárias, os representantes dos setores produtivo e ruralistas, bem como de movimentos ambientalistas informando que a audiência havia sido determinada pelo Governador Ibaneis Rocha visando ouvir a comunidade sobre a possibilidade de criação da Região Administrativa de Arapoanga, ideia essa apresentada ao Sr. Governador no período de campanha. Citou o processo 04018-00001254/2020-22, que trata da questão relacionada à região de Arapoanga. Após, esclareceu as dificuldades advindas da pandemia para realização da audiência pública e explicou os procedimentos a serem tomados durante o ato, inclusive quanto a forma de inscrição dos interessados, tempo de manifestação, duração total prevista para duração do evento, recebimento de manifestações escritas ou por e-mail. Ao final, passou a palavra para o cerimonialista para encaminhamento, tendo aquele anunciado as presenças da Sra. Cynthia Lúcia Sotério Di Oliveira Ramos, Diretora das Unidades de Planejamento Territorial Leste e Norte da Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades – SUDEC/SEDUH e o Sr. Luiz Rubens Câmara de Araújo, representando a Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas/ CODEPLAN. Iniciadas as manifestações orais, a Sra. Vilma Carvalho, coordenadora de Programas e Projetos da Secretaria Executiva das Cidades convidou o Sr. Carlos Lourenço, líder comunitário de Arapoanga, a fazer uso da palavra. O Sr. Carlos Lourenço agradeceu pelo momento que está acontecendo na cidade e a presença de todos, manifestando-se a favor da RA de Arapoanga, destacando a luta de 20 anos e o fato de ser morador de Planaltina há 54 anos. Em seguida, o Sr. Samuel de Paulo, da Feira de Arapoanga, afirmou morar em Planaltina desde 1976, ter vivência também em Arapoanga, ser vice-presidente da feira de Arapoanga e que o Governador Ibaneis Rocha prometeu a criação da RA de Arapoanga, declarando-se favorável a criação. Acrescentou a necessidade de uma agência do BRB, um terminal rodoviário, segurança e reiterou que a criação da RA é vontade da população. Em seguida, o Sr. Walfredo Júnior asseverou ser filho da primeira moradora, a ex-Deputada Federal Raquel Cândido, manifestando apoio a criação da RA. Esclareceu que o Deputado Distrital Hermeto protocolou junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal projetos de criação do entreposto do CEASA, do Restaurante Comunitário e da criação de uma creche no Arapoanga; que contam também com o apoio do Deputado Distrital Cláudio Abrantes como representante de Planaltina. Por fim, acrescentou que, além da criação da RA deve ocorrer também a regularização da ocupação dos imóveis. Dada a palavra ao Sr. Jordenes Ferreira da Silva, Presidente da ACM/CEFA, este concordou com a criação da RA de Arapoanga, ressaltando a necessidade de regularização. Reconheceu que o processo em curso está de acordo com a Lei, que a Administração de Planaltina não consegue mais atender a necessidade da população de Arapoanga e que a separação entre Arapoanga e Planaltina será apenas administrativa, não prejudicando a história e a herança cultural local. O Sr. Raimundo Nonato de Souza, representante do Projeto Craque do Futuro, manifestou-se a favor da criação da RA, considerando que a população é muito carente. Em seguida, a Sra. Welia Guimarães manifestou-se favoravelmente à criação da RA, considerando que isso trará benefícios para a população de Arapoanga e afirmou possuir mais de 30.000 assinaturas favoráveis à criação da RA. Consignada a presença do Deputado Distrital José Gomes que passou a compor a mesa, foi dada a palavra ao Sr. Cláudio Santos, morador de Arapoanga, que disse ser a favor da proposta de criação da RA, por considerar ser muito importante e por permitir melhorar a estrutura na cidade, com a abertura de agências bancárias, escolas, delegacia e criação de empregos e benefícios para a população de toda região. Em seguida o Sr. Luís Frola, afirmou ser morador e servidor de Planaltina e que a criação da RA de Arapoanga trará a criação de diversos órgãos, tais como: o Conselho Tutelar, hospital, fórum, correios, delegacia, CRAS no Vale do Amanhecer, dentre outros e que também serão criadas uma Rodoviária, uma feira, asseverando que a criação da RA não acabará com a Via Sacra de Planaltina e por isso é totalmente favorável à proposta. O Sr. Bertoudo Matos, morador do Arapoanga, entende ser necessária uma reflexão pois fica preocupado com a eventual ausência de estrutura pública necessária à nova RA, se colocando contra a criação da RA. Registrada a presença do Sr. Rodolfo Siqueira de Brito, da Diretoria de Operação e Manutenção da CAESB, a Sra. Dionísia de Melo, da Diretoria Regional de Planaltina e do Sr. Marcos Palomo, Diretor Mobiliário da CODHAB, todos foram convidados a tomar assento à mesa. Dada a palavra ao Sr. Adevaldo Pereira, diretor da Associação dos Moradores de Planaltina, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores em Planaltina e assessor da Deputada Distrital Arlete Sampaio esse disse ser favorável à criação da RA, considerando a dificuldade da população em ter acesso aos serviços públicos de hospitais, creches e escolas, com maior presença do Estado e que a questão também precisa ser debatida na CLDF. Dada a palavra ao Deputado Distrital José Gomes, aquele Parlamentar ressaltou a importância da audiência pública, destacando que a criação gerará emprego e autonomia para a cidade, afirmando que podem contar com seu apoio na criação da RA, para trazer mais investimentos do Estado em diversas áreas, bem como que as emendas poderão ser melhor direcionadas. Por último, afirmou que votará favoravelmente ao projeto de criação da RA de Arapoanga em razão dos benefícios que isso traz à população. Prosseguindo a audiência com a manifestação da Sra. Valquíria Maria da Cruz, moradora de Arapoanga, que registrou a necessidade de prestação de serviços públicos à população, bem como ser a favor da criação da RA. A Sra. Mariene

Soares de Souza, moradora de Arapoanga há 25 anos, afirmou ser favorável a criação da RA. O Sr. Francisco Ubiraci R. de Oliveira, conhecido pelo epíteto Bira, morador de Arapoanga defendeu a regularização da área de Arapoanga e elogiou o trabalho desenvolvido pelo Governador Ibaneis Rocha à frente do Governo do Distrito Federal. Compareceu ainda a audiência o Sr. Edson Redondo, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural de Planaltina. Na sequência, o Sr. Marcos Palomo, Diretor Imobiliário da CODHAB, fez uso da palavra e ressaltou a história de Arapoanga, bem como a importância do processo democrático em curso. O Sr. Odetino Pereira Dias, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Planaltina, manifestou-se no sentido de que uma administração regional é insuficiente para atender toda a demanda da região, sendo preciso criar uma região administrativa que traga equipamentos públicos. Acrescentou que considera o Deputado Cláudio Abrantes um guerreiro de Planaltina e que é a favor da criação da Região Administrativa de Arapoanga. Dada a palavra ao Sr. Mário Castro, Presidente da Associação dos Moradores do Centro Histórico e Academia de Literatura, este afirmou ter nascido e sido criado em Planaltina, destacando que é favorável às demandas, mas contra a criação de uma regional eleitoreira, onde o Administrador não tenha autonomia. Acrescentou que ao seu ver a separação de Arapoanga e Planaltina irá diminuir a força de suas populações. Prosseguindo os trabalhos o Sr. Laércio de Carvalho, delegado de Polícia Civil lotado na 35ª Delegacia de Polícia Civil de Planaltina, disse que todas as opiniões devem ser respeitadas, que chegou em Arapoanga em 1998 e cria seus filhos no local. Afirmou conhecer a luta do povo de Arapoanga, que conta com quase 100.000 moradores, sendo conhecedor da luta pela regularização da área e a implantação de equipamentos públicos, motivo pelo qual o atendimento das demandas da população passa pela necessária criação da Região Administrativa. Dada a palavra ao Sr. Everson Cordeiro, vice-presidente da Associação dos Moradores do Centro Histórico de Planaltina, esse manifestou-se no sentido de que a proposta apresentada é separatista e busca manipular a população. Afirmou que em outras regiões administrativas recentemente criadas, tais como: Sobradinho II, Fercal e Arniqueira nada aconteceu após a criação da RA. Em sua visão, a proposta divide, prejudica e enfraquece e que sem a regularização fundiária não haverá melhorias. Concluindo, asseverou que a criação da RA servirá como cabide de emprego. Em seguida, o Sr. Ildeu Nery, líder comunitário do Arapoanga, disse que a luta é pela criação da Administração do Arapoanga, uma promessa de campanha do Governador Ibaneis, bem como que a criação está atrasada pois a região precisa de equipamentos públicos, bancos, restaurante comunitário e outros. Afirmou haver participado de reunião sobre a questão no Palácio do Buriti. Mencionou que os ônibus estão sempre lotados e que foi prometido trazer o BRT para Planaltina. Prosseguindo com as manifestações populares, o Sr. Ilson Watler, líder comunitário, disse que a criação da região administrativa de Arapoanga irá favorecer também Planaltina, que é necessário cuidar da área rural e que recolheu 11 mil assinaturas para melhorar o transporte público de Arapoanga e Planaltina. Afirmou ser a favor da criação da Região Administrativa de Arapoanga e que isso não prejudica Planaltina. Naquela oportunidade foi registrada a presença do Deputado Distrital Hermeto passou a compor a mesa. Dada a palavra ao Sr. Felipe Rodrigues Sousa, morador de Arapoanga, este defendeu a região administrativa de Arapoanga, afirmando que isso trará melhoria no transporte público, na educação, na disponibilização de creches, mais segurança, mais empregos e que a criação da RA foi promessa do Sr. Governador do Distrito Federal. Dada a palavra ao Sr. Julimar Gonçalves, radialista da Rádio Alternativa, este disse que está em Planaltina desde 1980 e afirmou ser a favor da criação da RA imediatamente, registrando que o trânsito na avenida principal da cidade fica muito ruim por volta das 17h00. Em seguida o Deputado Distrital Hermeto fez uso da palavra e informou estar presente como líder do Governo, atendendo a determinação do Governador Ibaneis Rocha. Asseverou que tem experiência na questão por ter sido relator da criação da Região Administrativa do Sol Nascente e Pôr do Sol na CLDF e que testemunhou os avanços daquela região após tornar-se RA, pois valorizou as pessoas e o local. Acrescentou que o Governador pediu que atue fazendo a ponte com os demais Deputados para viabilizar a criação da RA de Arapoanga, que tem compromisso com o Arapoanga, que fez indicações de recursos para o posto avançado do CEASA, creches e restaurante comunitário para região e que irá se empenhar e incentivar a criação da Região Administrativa de Arapoanga, pois isso trará desenvolvimento para toda a população. Em seguida manifestou-se o Sr. José Basílio, morador de Arapoanga, afirmando que o Sr. Governador prometeu a criação da RA de Arapoanga logo que assumiu o governo, que a área de Planaltina é muito grande e precisa de outra administração. Disse ainda que Arapoanga precisa de escolas e uma escola técnica. Em seguida, fez uso da palavra o Sr. Landim Brasileiro, representante dos comerciantes, que disse haver chegado na cidade aos 16 anos e pediu às autoridades que olhem com carinho a vontade dos moradores pois falta um terminal rodoviário, destacando que quem se coloca contra a RA é contra a população do Arapoanga, que é a favor da criação da RA de Arapoanga e que a Fercal mudou muito após ser transformada em RA. Após fez uso da palavra o Sr. John Rayner Nogueira, do Conselho de Patrimônio Cultural de Planaltina, que lembrou que Planaltina conta a

história de sua população e de toda Brasília. Pediu que a população seja inteligente ao fazer sua escolha pois pode acarretar um prejuízo material e imaterial, mas que apoia o povo. Em seguida a Sra. Célia Bonfim Pereira, moradora de Arapoanga, disse que mora no Arapoanga há 30 anos, que precisam de uma Regional, bem como que a cidade seja independente pois precisam de muitas melhorias e emprego. Dada a palavra ao Sr. Cleiton Pereira dos Santos, morador de Arapoanga, morador no Arapoanga há 22 anos, esse disse que acompanha e esteve presente em outras audiências públicas sobre o tema e que Arapoanga precisa virar uma região administrativa urgentemente, pois o modelo de gestão atualmente existente não acompanha o desenvolvimento da cidade. Disse ainda que Arapoanga tem mais de 100.000 habitantes e que a Administração de Planaltina não consegue gerir toda a área que está sob o seu cuidado. Finalizando, disse esperar que o Governador possa cumprir a promessa que fez de criar a RA do Arapoanga, lembrando que outras regiões foram fortalecidas após a criação e que Planaltina também será fortalecida. Ouvido o Sr. Damião Chagas Bezerra, da Rádio Alternativa, esse disse ser morador de Arapoanga desde 1973 e que quem é contra a criação da RA nunca morou na região. Destacou que falta um terminal rodoviário, que o Arapoanga precisa crescer cada vez mais, receber equipamentos públicos como hospital, delegacia e que é a favor da criação da RA. Dada a palavra ao Sr. Magal Vanildo Pereira, morador do Arapoanga, esse disse que os ônibus para o Plano Piloto parecem “lata de sardinha”, que a população de Arapoanga precisa de respeito, que a cidade está sem condições, está um lixo, afirmando que a vitória é de todo o povo e o Arapoanga merece. Após falou o Sr. Leonardo Sales dos Santos, Presidente da Liga de Futebol do Arapoanga, que afirmou ter chegado em Arapoanga em 1991 e que sempre lutou pelo Arapoanga. Disse que presta serviço à Novacap, que conhece todos os Diretores de Obras das cidades e que outras RA’s trabalham em prol de sua população. Destacou que a Administração de Planaltina possui uma área rural muito extensa e não consegue atender ao Arapoanga, motivo pelo qual o Arapoanga precisa de autonomia, a instalação de delegacia e de terminal rodoviário manifestando-se favorável a criação imediata da RA pelo bem de todos. Por sua vez, o Sr. Roberto Luz, morador de Arapoanga mencionou que o processo de regularização dos lotes de Arapoanga ainda não ocorreu e defendeu a negociação para regularização. Em seguida, o Sr. Thales Alves, prefeito do Setor Habitacional Mestre D’Armas afirmou ser favorável a criação da região administrativa do Arapoanga, alegando que a Administração Regional de Planaltina não consegue atender às demandas da região e defendendo a proposta de que o Arapoanga e as suas lideranças merecem respeito. Dada a palavra ao Sr. José Rosa Coelho, morador de Mestre D’Armas, o mesmo afirmou morar na Estância desde 1993, tendo sido presidente da Associação dos Moradores e ex-Prefeito Comunitário, destacando que as pessoas que são contra a criação da RA não conhecem a história e não acompanharam a luta. Mais ainda, afirmou que o asfalto e a luz são frutos do trabalho do Sr. Bira e que as lideranças que são contra o projeto da criação da aparecem apenas na época eleitoral. Seguindo a relação de interessados em fazer uso da palavra, o Sr. Edson Pereira Batista, presidente do Conselho Rural de Planaltina, disse que Planaltina é a maior produtora de grãos de Brasília e tem que ser tratada com mais carinho. Asseverou que o Deputado Cláudio Abrantes está fazendo muito por Planaltina, agradecendo as lideranças que estão lutando pela criação a RA. Por sua vez, o Sr. Antônio Arlindo de Araújo, presidente da Associação dos Feirantes de Arapoanga, disse ser necessária a criação da RA pois precisam de um lugar para levar suas reivindicações e que a cidade precisa melhorar em razão de possuir uma grande população. A Sra. Gilmeire Pereira de Barros, moradora de Arapoanga, pediu a implantação de serviços públicos ressaltando que não adianta poste de saúde sem médicos, que falta escola, creche, farmácia de alto custo e mais empregos. Dada a palavra ao Sr. Rogério Vieira, presidente da ONG dos Buritis, esse defendeu a criação da RA do Arapoanga, afirmando que foi morador do Arapoanga no início e sua família até hoje reside no local, enaltecendo as lideranças que nunca deixaram de lutar pelo Arapoanga Srs. Bira, Rogério do Arapoanga e Magal e elogiando o Deputado Cláudio Abrantes por sempre lutar e ouvir a população do Arapoanga. No mesmo sentido, parabenizou o Administrador de Planaltina, Sr. Célio, pelo esforço. Dada a palavra a Sra. Mariana Santana, estudante de Arquitetura e Urbanismo da UNB essa ressaltou que analisou a região de Arapoanga e concluiu que existe um comércio forte e estabelecido, bem como levantou as principais demandas da população, como escola, saúde e segurança, esclarecendo que a população precisa demandar os serviços públicos e que a UNB está aberta para tirar todas as dúvidas. Prosseguindo, o Sr. Theris Santos, diretor da feira de Planaltina, defendeu a criação da RA, mesmo reconhecendo o trabalho da Administração de Planaltina e afirmou que o Arapoanga precisa se desenvolver sem depender de Planaltina, mesmo com a ajuda do Sr. Célio. Sugeriu ainda que o Governador Ibaneis olhe para a proposta, assim como o Secretário de Governo, Sr. José Humberto e o Diretor Presidente da Novacap, Fernando Leite. Por fim, disse que seja criada a RA do Arapoanga para que possa andar sozinho. Em seguida, o Sr. Genilson Duarte, oficial da Polícia Militar, apresentou-se como liderança comunitária de Planaltina e Arapoanga,

afirmando ser totalmente favorável à criação da RA e que com isso os equipamentos públicos virão ao longo do processo, bem como que o desenvolvimento da região passa pela divisão, que é uma divisão para conquistar espaço. Prosseguindo, o Sr. Marcos Cordeiro, conhecido como Márcio da Farmácia, morador do Arapoanga, falou que trabalhou incansavelmente pela criação da RA do Arapoanga, pois a cidade está esquecida, que a Administração de Planaltina está sobrecarregada e que o povo precisa de respeito e dignidade motivo pelo qual vota sim pela criação da Região Administrativa do Arapoanga. Dada a palavra ao Sr. Aluizio Miranda, líder comunitário, esse expressou a sua alegria e satisfação de mais um dia de festa no Arapoanga, ressaltando que essa é só mais uma luta que também irão vencer e que o Arapoanga precisa, não se separar de Planaltina, mas andar com se seus próprios pés, para poder se desenvolver, sendo também favorável a criação da RA. Por fim, o Sr. Rogério Arapoanga, Diretor Comercial da ACIARA, que disse que o momento era histórico, agradecendo às lideranças em nome do Padre Doalcei da Igreja Divino Espírito Santo. Solicitou aplausos ao Governo do Distrito Federal por prometer e cumprir com os compromissos, pois o Governador Ibaneis Rocha prometeu criar a cidade de Arapoanga e está realizando. Agradeceu ainda ao Secretário José Humberto, ao Secretário Valmir, ao administrador Célio, aos Deputados Cláudio Abrantes, José Gomes, Valdelino Barcelos, Eduardo Pedrosa, Jaqueline Silva, ao Presidente da CLDF, Rafael Prudente, que se dispôs a cuidar do Projeto de Lei na Câmara, uma vez que esse conta com grande apoio popular. Finalizadas as manifestações populares, o Sr. Secretário Executivo das Cidades agradeceu a participação de todos e solicitou que os presentes se colocassem mais à frente para que a filmagem e gravação pudessem registrar a manifestação expressa quanto à aprovação ou não da criação da Região Administrativa de Arapoanga. Agradeceu as equipes técnicas que trabalharam no evento, à Administração Regional de Planaltina, aos Deputados Distritais que prestigiaram o evento, ao Secretário de Governo José Humberto por ter confiado no trabalho e delegado à Secretaria Executiva das Cidades a obrigação de cumprir com mais esse compromisso do Governador Ibaneis, à equipe de LIBRAS, Linguagem Brasileira de Sinais, que tão bem exerceu suas funções com dedicação e empenho, fez um especial agradecimento à Diretora Selma Souza, por ter disponibilizado a escola, passando a palavra ao Administrador Regional de Planaltina, Sr. Antônio Celio, identificando-o como representante do Governador do Distrito Federal em Planaltina, que desde o primeiro momento empenhou todo o esforço para que a audiência fosse realizada e que, mesmo nas divergências, todos reconheceram o carinho e a força com que o Administrador buscou desenvolver o trabalho. O Sr. Celio Rodrigues agradeceu aos elogios e disse que hoje atua na Administração através do Governador Ibaneis e do Deputado Cláudio Abrantes, mas que também trabalha em benefício de Planaltina há mais de três décadas. Afirmou que busca o melhor para o povo e parabenizou o Governador por atuar de forma democrática, ouvindo a população e que compreende e entende as críticas, esperando ter conduzido o trabalho na Administração de forma justa, mesmo considerando as dificuldades que enfrenta, mas que todos juntos buscam soluções, se organizando e procurando melhorias. Agradeceu ao Deputado Claudio Abrantes pela estrutura mínima que criaram permitindo uma qualidade para o atendimento e prestação de serviço durante a audiência pública; mencionando ações como a troca da iluminação por led, a instalação de câmeras de segurança, a construção de escola e de uma creche, assim como a reforma do campo sintético e do parque infantil, dentre outros. Ressaltou que todo o processo será apresentado à CLDF e a questão deve continuar sendo debatida. Acrescentou que o Governador orienta que os órgãos não atrapalhem o povo. Reassumindo a fala, o Sr. Valmir Lemos, ressaltou que o Governo do Distrito Federal tem trabalhado de forma a fazer diferença em todo o Distrito Federal e que o momento é de ouvir a população se quer ou não a criação da região administrativa, pois a manifestação complementar as informações técnicas para que o Governador possa tomar a melhor decisão. Em seguida, informou que seria realizada a votação da proposta e solicitou que caso existisse alguém contrário à criação da região administrativa que se manifestasse, levantando a mão, não sendo registrada nenhuma manifestação desfavorável. Em seguida, solicitou que aqueles que fossem favoráveis à criação da região administrativa levantassem as mãos e assim permanecessem para permitir a contabilização. Na oportunidade todos os presentes, unanimemente, levantaram as mãos, tendo o Sr. Secretário Executivo, como Presidente da Mesa, registrado a aprovação da proposta de criação da Região Administrativa de Arapoanga. Finalizada a votação e não havendo mais nenhuma questão a ser abordada o Presidente deu por encerrado os trabalhos, comunicando que todo o material coletado servirá de base para análise do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, bem como que a gravação em áudio da Audiência Pública estará disponível no Processo SEI-GDF, juntamente com a lista de presença, as manifestações escritas e o vídeo da Audiência que estará disponível no canal da Administração Regional de Planaltina, por meio do site YouTube, através do link: <https://youtu.be/J3xygEh4gfs>. Nada mais havendo a ser consignado o Sr. Presidente encerrou, às 11h56, a Audiência Pública, determinando fosse lavrada a

presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e que por mim, Vilma Nunes de Souza Carvalho, Diretora de Programas e Projetos, da Secretaria Executiva das Cidades, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal que secretariei os trabalhos e a digitei. VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Presidente da Mesa Diretora; e VILMA NUNES DE SOUZA CARVALHO, Secretária.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 69, DE 31 DE MAIO DE 2022

A ADMINISTRADORA REGIONAL DE GUARÁ DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 42, inciso XLVIII, do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, que aprova o Regimento Interno das Administrações Regionais do Distrito Federal e dá outras providências, em consonância com o artigo 3º, § 4º, do Decreto nº 14.758, de 1º de junho de 1993 e Lei nº 5.281, de 24 de dezembro de 2013 e Decreto nº 35.816, de 16 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Regulamentar o procedimento para a expedição de Autorização Simples e Licença Eventual para eventos sob a responsabilidade dessa Administração Regional, nos seguintes termos:

1. Compete a Gerência de Cultura, Esporte e Lazer - GECULT, e, na ausência, o superior hierárquico, executar todos os atos necessários e expedir autorização em espaços privados, públicos e próprios sob a responsabilidade desta Administração Regional, sem estrutura e com até 200 (duzentas) pessoas, a título precário, mediante requerimento do interessado (pessoa física ou jurídica), observado o procedimento abaixo:

2. Verificar a disponibilidade da data/horário do local pretendido;

3. Preencher formulário de requerimento (anexo) com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data do evento na Administração Regional do Guará.

4. No formulário deverão ser anexados, pelo interessado, obrigatoriamente, a seguinte documentação:

- Documento de identidade;
- E-mail e telefone celular e fixo atualizado;
- Cadastro de pessoa física, se for o caso;
- Cadastro de pessoa jurídica, se for o caso;
- Cópia do Alvará de Funcionamento, se for o caso;
- Documento de identidade dos sócios e/ou representante legal;
- Contrato Social de pessoa jurídica, se for o caso;
- Estatuto, em caso de entidades;
- Ata de deliberação sobre responsabilidade da entidade ou associação;
- Comprovante de endereço;
- Certidão negativa para com o Distrito Federal, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Documentos comprobatórios em caso de apoio de órgãos ou entidades do Distrito Federal;
- Comprovante de recolhimento das taxas devidas;
- Autorização para interdição de via pública (pista de rolamento e estacionamento), do DETRAN-DF e/ou DER-DF, se for o caso.

4. Protocolar, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, o requerimento do interessado;

5. Lançar o agendamento da data do evento, em processo exclusivo contendo o agendamento dos espaços próprios da Administração Regional de Taguatinga;

6. Lançar, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, e, na agenda do setor responsável (GECULT), a marcação da data/horário do evento e entregar o comprovante para o interessado obrigatoriamente com número do documento gerado no processo do SEI.

7. O interessado deverá assinar REQUERIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS e TERMO DE COMPROMISSO, a fim de formalizar a ocupação do espaço pretendido, conforme formulários anexos.

8. Expedir taxa para pagamento do preço público de utilização dos espaços públicos e próprios da Administração Regional do Guará, no Sistema Integrado de Lançamento de Créditos do Distrito Federal - SISLANCA, de acordo com a tabela em vigor, observado o Decreto nº 14.758 de 1º de junho de 1993 e os seguintes procedimentos:

a) Os espaços próprios não mencionados no Decreto nº 14.758/93 terão seus preços fixados com base na taxa de utilização prevista em normativos complementares expedidos por esta Administração.

b) Em se tratando de ocupação superior a 30 (trinta) dias, a taxa será recolhida mensalmente, sendo a primeira parcela no ato da assinatura do Termo de Compromisso e as demais até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

c) Ocorrendo atraso no pagamento da taxa de ocupação, nos casos de ocupação por período superior a 30 (trinta) dias, incidirão cumulativamente os seguintes acréscimos:

I- juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

II- atualização monetária, segundo a variação do INPC (índice nacional do preço ao consumidor) acumulado - diária;